



COMISSÃO NACIONAL PARA REDUÇÃO DAS EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA PROVENIENTES DO DESMATAMENTO E DA DEGRADAÇÃO FLORESTAL, CONSERVAÇÃO DOS ESTOQUES FLORESTAIS, MANEJO SUSTENTÁVEL E AUMENTO DE ESTOQUES DE CARBONO FLORESTAL.

RELATÓRIO VISUAL

DA

OFICINA TÉCNICA

SALVAGUARDAS

SOCIOAMBIENTAIS

BRASÍLIA-DF

EM PROGRAMAS DE REDD+
E PROJETOS DE CARBONO
FLORESTAL

8 A 10/10 | 8H ÀS 18H
BRASÍLIA PALACE HOTEL

GT-SALVAGUARDAS
dos Estados Amazônicos

PROJETO
FLORESTA+
AMAZÔNIA



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE E
MUDANÇA DO CLIMA



Instituição realizadora | Comissão Nacional para REDD+ (CONAREDD+)

André Rodolfo de Lima
Raoni Guerra Lucas Rajão
Gabriel Henrique Lui
Diogo Victor Santos
Jorge Caetano Junior
Jaine Ariely Cubas
Márcio Rojas da Cruz
Ricardo Vieira Araújo
Moisés Savian
Luciano Mansor de Mattos
Beatriz Soares da Silva
Rafael de Sá Marques
Camila Stefaní de Souza Silva
José Pedro Bastos Neves
Suiá Kafure da Rocha
Zarak de Oliveira Ferreira
Larissa dos Santos Martins
Maíke Sá
Vitor Mattos Vaz
Adriana Fernandes Faria
Eduardo Costa Taveira

Luiz Carlos de Araújo Júnior
Fábio Bolzan
Raul Protázio Romão
Leonardo das Neves Carvalho
Suzzie Conceição de Oliveira Valladares
Maurício Moleiro Philipp
Marli Teresinha dos Santos
Elcio Severino da Silva Machineri
Eliane Rodrigues de Lima
Joaquim Belo
Carlos Alberto Pinto dos Santos
Ciro de Souza Brito (ISA)
Leonardo Martin Sobral (IMAFLOA)
Alice Maria Thuault (ICV)
Mariano Colini Cenamo (Idesam)
Jean Pierre Henry Balbaud Ometto
Luiz Eduardo Oliveira e Cruz de Aragão
Plínio Pagoncelli Aguiar Ribeiro (Ambipar)
Janaína Dallan (Carbonext)

Grupo de Trabalho Técnico sobre Salvaguardas - GTT Salvaguardas

Pedro Lemos Macdowell
Maia Aguilera Franklin de Matos
Wdson Lyncon Correia de Oliveira
Maria Jocicleide Lima de Aguiar
Luiza Valladares de Gouvêa
Luana Machado de Almeida
Carolina Delgado de Carvalho
Renata Corrêa Apoloni
Ruberval Lopes da Silva
Ricardo Brambila Bressan
Luana Tabaldi
Jane Cavalcante Rodrigues
Gabriela Cantos Pires Santos Savian
Leticia Tura
Alberto França Dias
Marciely Ayap Tupari
Kaianakú Fogaça Kamaiura
Maria Ednalva Ribeiro da Silva
Edilene Amaro Batista Barbosa
Manoel Camargo
Célia Cristina da Silva Pinto
Raul Zoche
José Ricardo R. M. Zwarg
Alberto França Dias



**Correalização do Grupo de Trabalho em
Salvaguardas dos Estados da Amazônia Legal**
Coordenação: Leonardo Carvalho

Secretaria Executiva da CONAREDD+ MMA:

Mariane Nardi
Márcia David
Rafaela Borges
Alexandre Avelino
Antonio Sanches
Luan Motta

**Organização responsável pelo apoio técnico e
organizacional | Programa das Nações Unidas
para o Desenvolvimento - PNUD**

Regina Cavini
Letícia Guimarães
Márcia Stanton
Raissa Guerra
Sâmya Milena Terra

**Organização responsável pela moderação,
registro visual e relatoria**
MIRÁ | Design de Organizações

**Coordenação da equipe de
moderação, registro visual e relatoria**

Luiza Padoa
Louise Vendramini

Equipe de registro visual

Camila Maia
Marcela Manara
Érica Lobato

Equipe de relatoria

Ana Júlia Zaks
Fernanda Rachid
Nayara Moreira
Bruno Lemos

Equipe de moderação

Luiza Padoa
Louise Vendramini
Marina Palhares
Ana Júlia Zaks
Fernanda Rachid
Fernanda Maschietto
Cláudio Jacintho.





SUMÁRIO

1.	A CONAREDD+	<u>6</u>
2.	PARTICIPAÇÃO	<u>9</u>
3.	PALESTRAS INICIAIS	<u>13</u>
4.	PAINÉIS TEMÁTICOS	<u>19</u>
5.	SUBSÍDIOS PARA A DISCUSSÃO	<u>48</u>
6.	GRUPOS DE TRABALHO	<u>50</u>
7.	DEPOIMENTOS	<u>76</u>
8.	ORGANIZAÇÕES PARTICIPANTES	<u>83</u>
9.	LINKS	<u>88</u>





"A VERDADE ESTÁ
ENTRE NÓS!"

PRECISAMOS DE
GESTORES COM
SENSIBILIDADE
PARA OUVIR

PRECISAMOS PENSAR
UM MODELO DE
DESENVOLVIMENTO QUE
RESPEITE O MEIO-AMBIENTE
& TAMBÉM AS PESSOAS!

AS REALIDADES SÃO
DIFERENTES E PRECISAM
SE REFLETIR NAS
POLÍTICAS PÚBLICAS

O CLIMA ESTÁ
MUDANDO!
SERÁ QUE ESTAMOS
CONSEGUINDO MUDAR
NOSSAS PRÁTICAS
& PENSAMENTO?

LEGITIMIDADE
POLÍTICA E ÉTICA
SÃO ELEMENTOS
FUNDAMENTAIS

O PROCESSO ENVOLVE:
CAPACITAÇÃO, MASSIFICAÇÃO
DO CONHECIMENTO E
MUITA ESCUTA!

"É IMPORTANTE A
GENTE ESTAR AQUI
PARA TRAZER OS
NOSSOS DESEAFIOS"

A GENTE SABE
MANEJAR NOSSO
TERRITÓRIO

O CONCEITO DE
SALVAGUARDA PRECISA
SE AMPLIAR! REFORMA
AGRÁRIA, REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA, FORMAÇÃO
TÉCNICA...

PARA OS POVOS E
COMUNIDADES TRADICIONAIS
O REDD+ NÃO É UM
DEBATE TÉCNICO E SIM
POLÍTICO!

SERÁ QUE
É POSSÍVEL
VENDER O
VENTO?

PORQUE A GENTE
VAI VENDER O NOSSO
OXIGÊNIO? POR QUE
ELES NÃO PRODUEM
O DELES?

A PRINCIPAL
CONTRIBUIÇÃO QUE
O BRASIL TEM PARA
O PLANETA É A
REDUÇÃO DO
DESMATAMENTO

O QUE REDUZIU
DRASTICAMENTE AS
EMISSIONES NO BRASIL
FOI A ADOÇÃO DE
POLÍTICAS PÚBLICAS.
O TRABALHO É A NÍVEL
DE GOVERNO E JURISDIÇÃO

A DIMENSÃO DO NOSSO
PAÍS, DIVERSIDADE DE
POVOS E CULTURAS
DEMANDA QUE CADA
ESTADO FAÇA SUAS
PRÓPRIAS POLÍTICAS

BARRAR O DESMATAMENTO
E A DEGRADAÇÃO AMBIENTAL
É UMA JUNÇÃO DE FORÇAS!

TODA A COMUNIDADE
PRECISA ENTENDER E
ESTAR ENVOLVIDA PARA
QUE AS AÇÕES SEJAM EFETIVAS



O BRASIL TEM O
POTENCIAL DE MOVI-
MENTAR 50 BILHÕES
DE DOLARES ANUAIS

EM ÁREA DE
PROJETO NÃO
TEM FOGO!



O PRINCÍPIO BÁSICO
DE TODO DISPOSITIVO
DE CLIMA É QUE
NÃO TRASA
MALEFÍCIOS
SOCIAIS



AS SALVAGUARDAS SÃO DIRETRIZES
QUE VISAM POTENCIALIZAR IMPACTOS POSITIVOS
E REDUZIR OS NEGATIVOS DAS AÇÕES DE REDD+

Por: Mila Maia
& Celia Manara

OFICINA TÉCNICA
SALVAGUARDAS
socioambientais

A CONAREDD+

Objetivos, composição e apresentação do GTT de Salvaguardas da
Comissão Nacional para REDD+

A Comissão Nacional para REDD+, instituída pelo Decreto nº 11.548/2023, é responsável por coordenar a implementação do REDD+ no Brasil e tem entre suas atribuições principais o estabelecimento e o cumprimento de salvaguardas de REDD+.

A CONAREDD+ é presidida pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, sendo composta por órgãos públicos federais e estaduais, por representantes da sociedade civil, do setor privado, da academia e representantes de povos indígenas e povos e comunidades tradicionais.

COMPOSIÇÃO DA CONAREDD+	
GOVERNO FEDERAL	DEMAIS MEMBROS
MMA	ABEMA (AM/BA)
Casa Civil	ABEMA (MS/PA)
Ministério da Fazenda	ABEMA (AC/DF)
MDIC	ABEMA (MT/TO)
MPI	APIB
MCTI	CNPCT
MDA	SBPC
MAPA	SOC. CIVIL (ISA/IMAFLORA)
MRE	SOC. CIVIL (ICV/IDESAM)
MPO	SETOR PRIVADO (ALIANÇA NBS/BIOFÍLICA)

O Grupo de Trabalho Técnico sobre Salvaguardas foi instituído pela Resolução CONAREDD+ nº 14/2023.

São atividades a serem desenvolvidas pelo GTT:

1. Levantamento das políticas públicas, práticas, instrumentos de governança, gestão e participação por categoria fundiária;
2. Análise e sistematização das contribuições;
3. Elaboração de documento base de diretrizes e recomendações;
4. Realização de oficina e diálogos com instâncias nacionais de representação de povos indígenas e povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares – CNPCT, CGPNGATI, CONAREX, CGPNGTAQ para discussão do documento base;
5. Consolidação de documento final de diretrizes e recomendações;
6. Submissão do documento final à CONAREDD+;
7. Apoio à elaboração de ações informativas e formativas sobre REDD+;
8. Levantamento de subsídios e contribuições para a elaboração do próximo Sumário de Informação sobre as Salvaguardas do Brasil;
9. Levantamento de subsídios para o aprimoramento do SISREDD+.

Para a realização de sua atividade de nº 4, o GTT Salvaguardas constituiu um *Subgrupo Oficina*, que foi responsável pela preparação da proposta conceitual e metodológica da Oficina de Salvaguardas Socioambientais em Programas de REDD+ e Projetos Privados de Carbono Florestal”, aprovada em agosto de 2024.

Participaram do *Subgrupo Oficina* as seguintes instituições e representantes: Secretaria Executiva da CONAREDD+ (Mariane Nardi, Rafaela Borges, Alexandre Avelino e Márcia David), ICMBio (Renata Apoloni), Funai (Carolina Carvalho), Instituto Socioambiental (Ciro Brito), Systemica (Ricardo Zwarg), IMC/AC e GT Salvaguardas dos Estados Amazônicos (Leonardo Carvalho) e FEPOIMT (Eliane Bakairi).

O Subgrupo Oficina contou com o apoio técnico da equipe do Projeto Floresta+ Amazônia (Márcia Stanton e Raissa Guerra) e equipe do Projeto de Assistência Técnica para os Estados da Amazônia Legal (Milena Terra e Roberta Cantinho).

PARTICIPAÇÃO

Perfil dos participantes da Oficina Técnica
Salvaguardas Socioambientais

PARTICIPAÇÃO

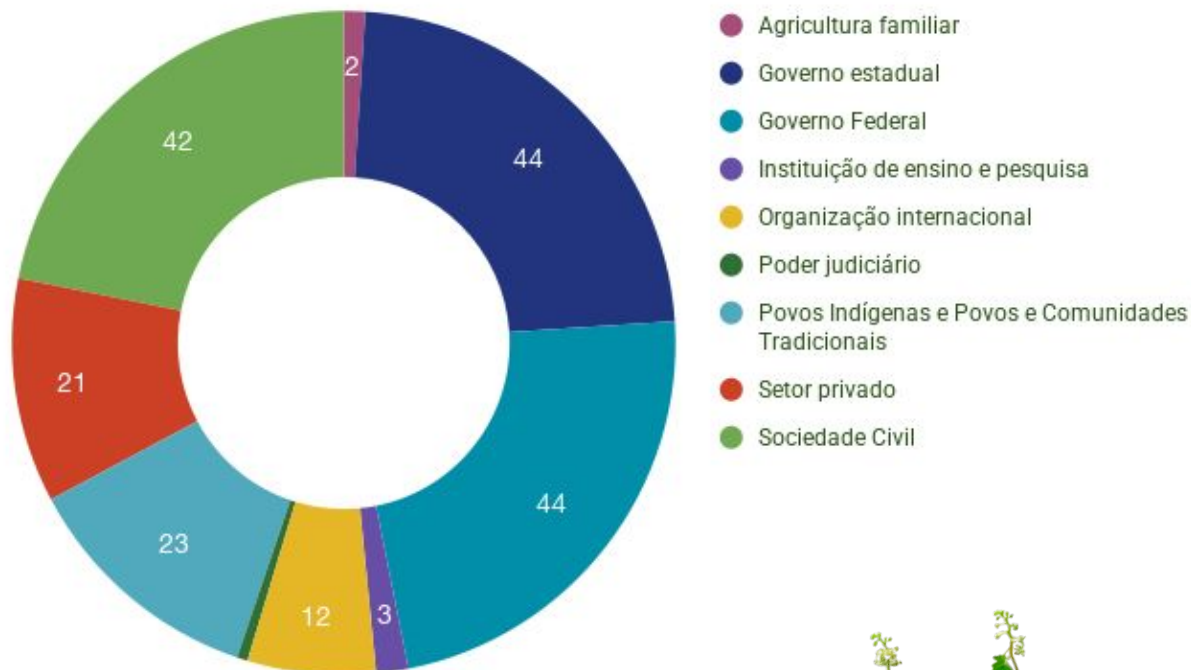
Números Globais

192 PARTICIPANTES

9 SETORES
REPRESENTADOS

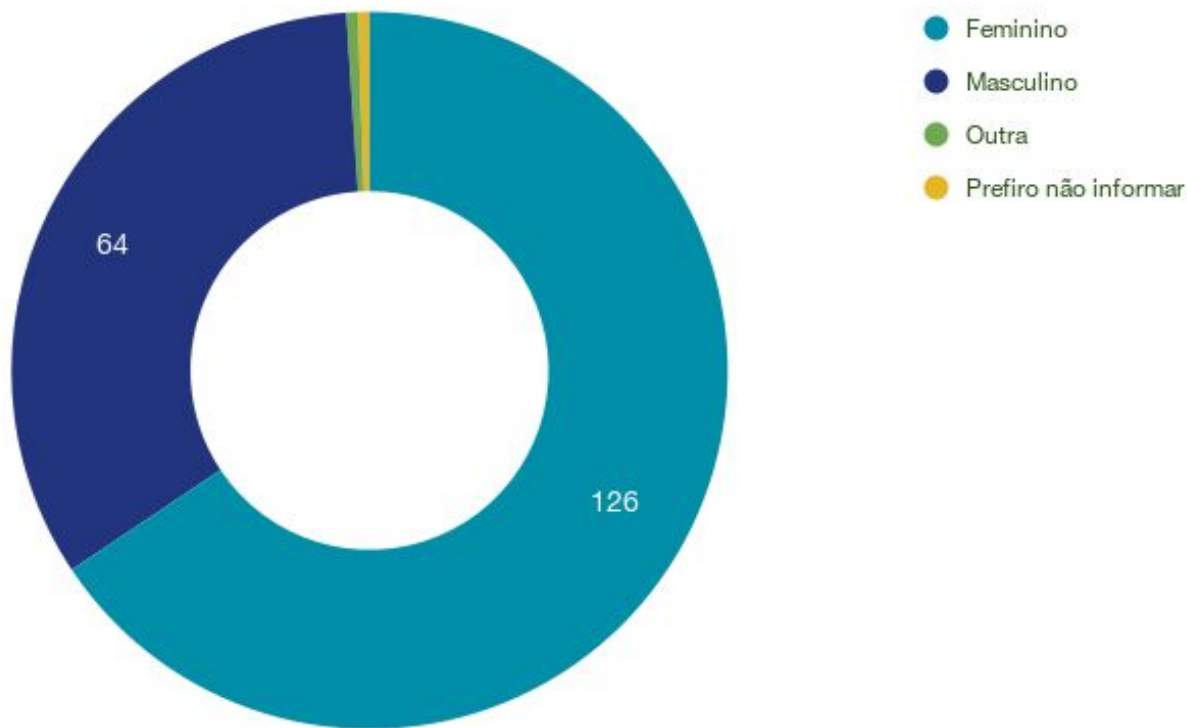
101 ORGANIZAÇÕES
PRESENTES

Número de participantes por setor

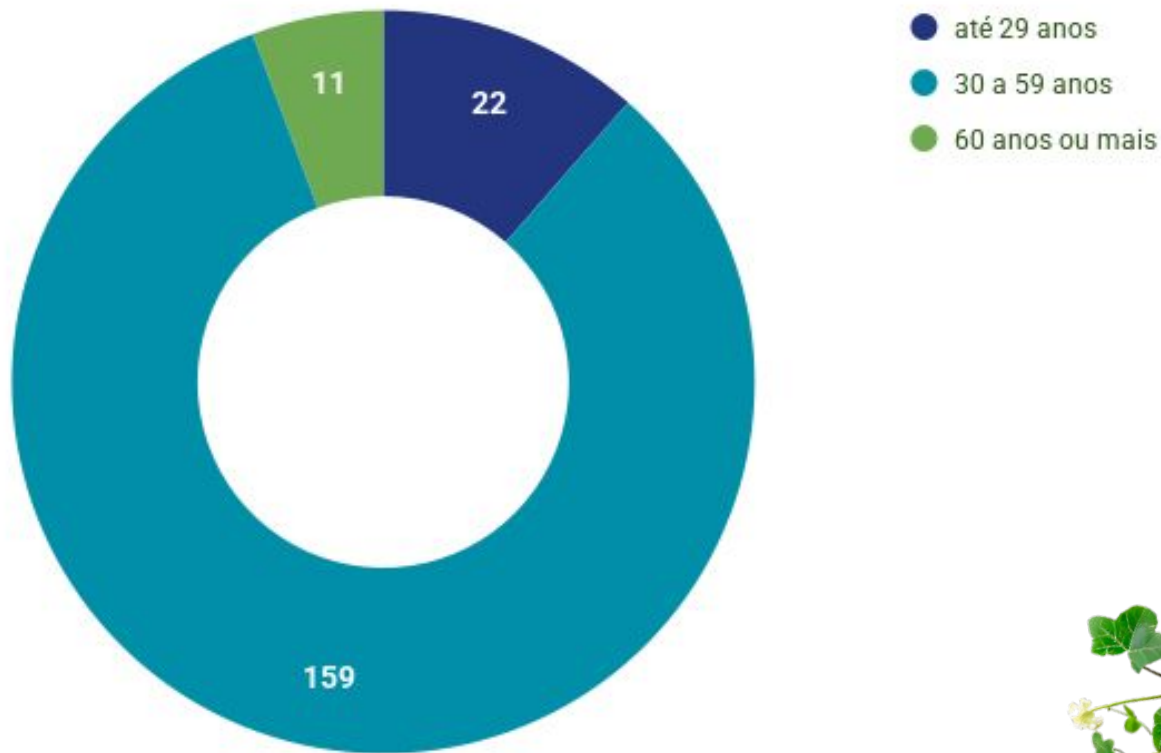


PARTICIPAÇÃO

Número de participantes por gênero



Número de participantes por faixa etária



PALESTRAS INICIAIS

PALESTRA 1 | REDD+ na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC)

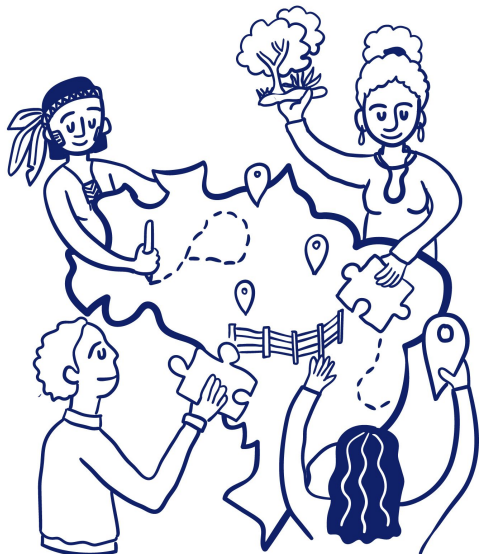
PALESTRA 2 | O que são programas Jurisdicionais de REDD+?

PALESTRA 3 | O que é o mercado voluntário para projetos privados de carbono florestal?

PALESTRA 4 | Salvaguardas socioambientais para REDD+ no Brasil: conceito, histórico, aplicação, monitoramento e relato

REDD+ na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC)

Raoni Rajão - diretor do Departamento de Políticas de Controle do Desmatamento e Queimadas do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (DPCD/MMA)



Raoni destacou, principalmente, a importância do evento para criar uma base comum de discussão sobre REDD+ e o papel das Conferências da ONU, as COPs, no tema, e a urgência de ações para mitigar as mudanças climáticas.



O que são programas Jurisdicionais de REDD+?

Milena Terra - Especialista em financiamento climático do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)



Milena explicou que os programas jurisdicionais de REDD+ são iniciativas de redução do desmatamento e degradação lideradas pelos governos e devem envolver a participação de diversos grupos como os povos indígenas e povos e comunidades tradicionais.

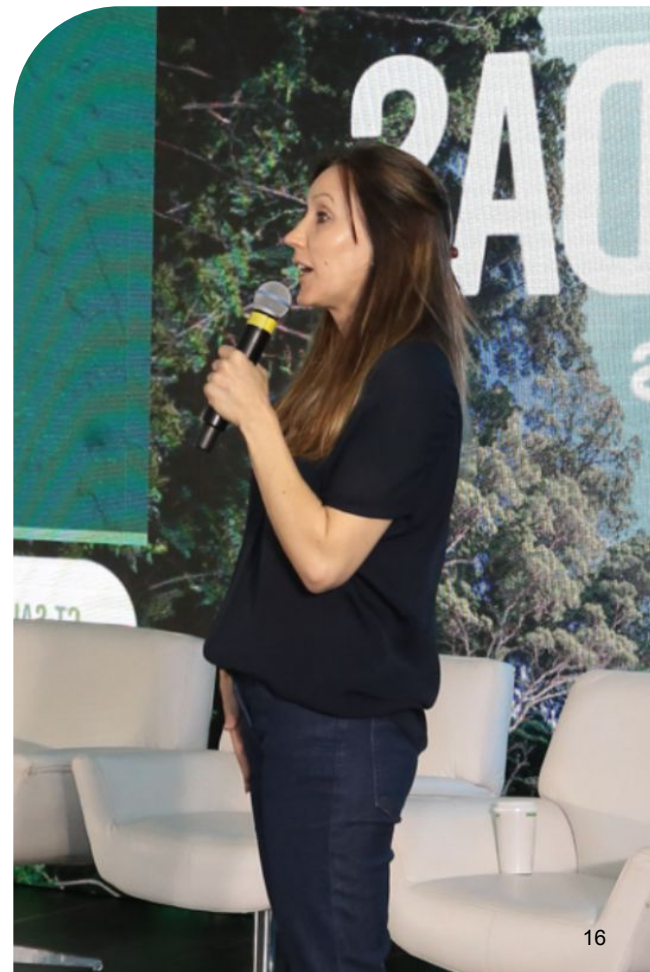


O que é o mercado voluntário para projetos privados de carbono florestal?

Janaína Dallan - Aliança Brasil (NBS)



Janaína explicou que no mercado voluntário de carbono as empresas e indivíduos compensam emissões, sem obrigações, e envolve benefícios a longo prazo para as comunidades, com transparência e auditoria nos processos de Mensuração, Relato e Verificação (MRV).



Salvaguardas socioambientais para REDD+ no Brasil: conceito, histórico, aplicação, monitoramento e relato

Alexandre Avelino - Ministério do Meio Ambiente (MMA)



Alexandre destacou que as salvaguardas são garantias dos direitos daqueles afetados pelas iniciativas de REDD+, incluindo a participação de partes interessadas e o respeito ao conhecimento tradicional, e que a sociedade civil tem o papel de cobrar o cumprimento das salvaguardas.





Por que o mercado de carbono voluntário sofre uma crise de credibilidade tão grande se existem tantos controles e auditorias?

Com os 2 mercados funcionando em paralelo e de formas independentes, como é gerenciado o aninhamento para evitar dupla contagem?

Como está sendo o alinhamento das informações, sistemas, relatoria das iniciativas federais, jurisdicionais e projetos de REDD do Brasil? Quais instâncias estão funcionando? Quais os maiores desafios?

Qual a maior dificuldade dos programas Jurisdicionais de REDD+ nos Estados?

PAINÉIS TEMÁTICOS



PAINEL TEMÁTICO 1

Desafios na
implementação de
iniciativas de REDD+ em
territórios de PIPCTAFs

PAINEL TEMÁTICO 2

Governança participativa
e instrumentos de
gestão ambiental e
territorial nos territórios
coletivos

PAINEL TEMÁTICO 3

Proteção de direitos,
publicidade de ações,
transparência de dados
e controle de legalidade

PAINEL TEMÁTICO 4

Implementação de
salvaguardas e repartição
de benefícios justa e
equitativa nos programas
de REDD+ implementados
pelos Estados

PAINEL TEMÁTICO 5

Implementação de
salvaguardas e
repartição de benefícios
justa e equitativa em
projetos privados de
carbono florestal

PAINEL TEMÁTICO 6

Diversidade de gênero
e gerações nos
programas de REDD+ e
projetos privados de
carbono florestal

PAINEL TEMÁTICO 6

Diversidade de gênero
e gerações nos
programas de REDD+ e
projetos privados de
carbono florestal

PAINEL TEMÁTICO 1

Desafios na implementação de iniciativas de REDD+ em territórios de PIPCTAFs





"Diálogo não é só a gente OUVIR, mas a gente SER OUVIDO!"

DESAFIOS

NA IMPLEMENTAÇÃO DE INICIATIVAS DE REDD+ EM TERRITÓRIOS DE PICTAF'S

NÃO TEM COMO FAZER NADA SEM CONSULTAR OS POVOS INDÍGENAS.

Não somos usuários, somos CO-CRIADORES

AS DECISÕES SOBRE OS TERRITÓRIOS COLETIVOS DEVEM SER TOMADAS COLETIVAMENTE, NÃO DE CIMA PARA BAIXO

PRECISAMOS PARTICIPAR E TAMBÉM DISCUTIR AS REGRAS DESSA PARTICIPAÇÃO!

NÃO DA' PRA GENTE CHEGAR JÁ COM O PROJETO PRONTO. PRECISAMOS CHEGAR ANTES... ENTENDER E CONTRIBUIR COM O "COMO, QUANDO, ONDE, QUANTO, QUEM?"

os direitos das comunidades não são negociáveis!

PRECISAMOS TER AS SALVAGUARDAS DOS POVOS INDÍGENAS SE QUISERMOS QUE ELES SEJAM PARTE DA SOLUÇÃO

QUEM CHEGA PRA CONVERSAR SOBRE O PROJETO NÃO CONHECE NOSSA REALIDADE

OS SERVIDORES DO MUNICÍPIO NÃO SABEM NOS ORIENTAR

"somos uma diversidade de línguas, de mundos e de visões"



TEMOS O DESAFIO DAS COMUNIDADES QUE ESTÃO EM TERRITÓRIOS ISOLADOS... A INFORMAÇÃO NÃO CHEGA ATÉ LA'!

ESTAMOS EM OUTRO MOMENTO, DIFERENTE DE 7 ANOS ATRÁS. AGORA PRECISAMOS NOS ORIENTAR FRENTE A NOSSA ATUAL SITUAÇÃO

O Brasil é especialista em criar lei mas não cumpre!

PRECISAMOS DE AR, ÁGUA E ALIMENTO. NÃO COMEMOS PETRÓLEO, FERRO E MINÉRIO

FORMAÇÃO E CONSULTA PRECISAM ACONTECER NA BASE PARA QUE AS DECISÕES POSSAM SER BEM TOMADAS PELAS COMUNIDADES

O QUE CHEGA PARA AS COMUNIDADES MUITAS VEZES ESTÁ ENVIADO

A gente precisa chegar até a última comunidade!

OS DESAFIOS DOS TERRITÓRIOS VÃO MUITO ALÉM DO REDD+

AS DEMANDAS SÃO MUITAS E NÃO TEMOS PERNAS PARA CHEGAR EM TODOS OS LUGARES

TEMOS QUESTÕES PRIMÁRIAS LATENTES... MILÍCIA, CRIME ORGANIZADO, JUDICIÁRIO INEFICIENTE, SUCATEAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO... SÃO MUITAS!

É UMA CONVERSA FIADA ESSA DE QUE NÃO TEM DINHEIRO. NÃO TEM É VONTADE POLÍTICA!

Regularização Fundiária é a base!



POB: Mila Maia & Celia Manafá





Samuel Caetano
Geraizeiro
(DGM Global, CNPCT)

Concita Sompré
Povo Gavião
Kyikatêjê
(FEIPA/PA)

MODERADORA:
Sineia do Vale
Povo Wapichana,
(CIR/RR, CIMC,
Caucus Indígena)

Queila da Costa Couto
Quilombola,
(Malungu, CONAQ)

Eliane Xunakalo
Povo Bakairi
(FEPOINT/MT, membro
da CONAREDD+, APIB)

Os desafios na implementação de REDD+ em territórios de PIPCTAF incluem a necessidade de participação efetiva, respeito às realidades locais, superação de barreiras logísticas e burocráticas, distribuição justa dos benefícios e a consideração de contextos políticos e sociais adversos.

Gostaria de saber mais do programa jurisdicional do MT, se de fato o recurso chega no chão e os povos têm autonomia sobre o recurso? Qual é a experiência do estado?

Como fica a questão do avanço dos projetos de REDD+ sendo que a segurança territorial é a base? Avançar nesses projetos sem ter regularização fundiária não é colocar o carro na frente dos bois?

Quais são as estratégias para valorizar e remunerar as comunidades e povos tradicionais sem transformar seus estilos de vida em commodity?



PAINEL TEMÁTICO 2

Governança participativa e
instrumentos de gestão ambiental
e territorial nos territórios coletivos





Como as políticas públicas existentes podem apoiar a agenda REDD+?

Como esses elementos se articulam para garantir a autonomia e autogestão das comunidades tradicionais?

O estado tem que criar regras (razoáveis) e compartilhar o processo!

BOA REGULAMENTAÇÃO TRAZ SEGURANÇA AO GOVERNO FEDERAL, AS COMUNIDADES E INCENTIVA PROJETOS DE BOA FÉ!

O QUE VAI MEDIAR A RELAÇÃO RISCOS X OPORTUNIDADES SÃO AS SALVAGUARDAS, O PROPÓSITO DESSA OFICINA

NÃO PODEMOS TER COMO PARÂMETROS OS PROJETOS DE CARBONO APENAS DE INICIATIVAS PRIVADAS PARA A CRIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

SNUC:

SISTEMA NACIONAL DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

PARTE IMPORTANTE DOS PROJETOS DE CARBONO EM UCS FEDERAIS TEM INCIDIDO SOBRE TERRITÓRIOS TRADICIONAIS

AS OBRIGAÇÕES PROTETIVAS DO ICMBIO SE APLICAM TAMBÉM A TERRITÓRIOS TRADICIONAIS EM UCS E PIS

60% DAS FLORESTAS PÚBLICAS ESTÃO SOB GESTÃO COMUNITÁRIA

OS PROJETOS DE CARBONO PODEM SIM SER BENEFÍCIOS NAS UCS, DESDE QUE SEJA UMA FERRAMENTA COMPLEMENTAR ADEQUADA E SINÉRGICA ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS

RECONHECIMENTO DA IMPORTÂNCIA DA IMPLEMENTAÇÃO DE **PROTÓCOLOS DE CONSULTA** ÀS COMUNIDADES

INSTRUMENTOS DE GESTÃO PARTICIPATIVA: **PLANO DE MANEJO & CONSELHO GESTOR**

DESAFIOS NA BIOECONOMIA:

- *ASSISTÊNCIA TÉCNICA ESPECIALIZADA
- *FINANCIAMENTO
- *ACESSO A MERCADOS
- *ORGANIZAÇÃO SOCIAL
- *RELAÇÃO COMUNIDADE-EMPRESA

BIOECONOMIA FLORESTAL:

CONJUNTO DE ATIVIDADES RELACIONADAS À OBTENÇÃO DE PRODUTOS FLORESTAIS E DE SERVIÇOS ECOSISTÊMICOS, MANEJO E RECUPERAÇÃO DAS FLORESTAS



PNGATI: POLÍTICA NACIONAL DE GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL DE TERRAS INDÍGENAS

PGTA: PLANO DE GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL

2ª ONDA DOS MOVIMENTOS REDD+ EM 2022: LIDERANÇAS INDÍGENAS RESOLVERAM DISCUTIR O PGTA E ENCONTRARAM PRIORIDADES ANTES DA AGENDA REDD+

O POVO INDÍGENA PRECISA QUERER FAZER UM PGTA. NÃO EXISTE MODELO ÚNICO, MAS UM ROTEIRO SUGESTIVO

Plano de gestão territorial e Ambiental

Por: Mila Maia & Celia Manafa



DESIGN DE ORGANIZAÇÕES

Governança Participativa e Instrumentos de Gestão Ambiental & Territorial nos Territórios Coletivos

RISCOS IDENTIFICADOS NA VENDA DE CRÉDITOS:

- *CONTRATOS AMPLOS COM CLAUSULAS ABUSIVAS
- *DESCONEÇÃO ENTRE CONTRATOS E PROJETOS DE IMPLEMENTAÇÃO
- *AUSENCIA DE TRANSPARÊNCIA
- *AUSENCIA DE PROTAGONISMO E GOVERNANÇA DAS COMUNIDADES INDÍGENAS
- *CRIAÇÃO DE EXPECTATIVAS ELEVADAS QUANTO A VALORES

PAINEL TEMÁTICO 2 | MODERAÇÃO E CONVIDADOS



Sandra Afonso
(SFB)



Renata Apolloni
(ICMBio)



Luana Almeida
(FUNAI)

Priscilla Collodetti
(FUNAI)

Frederico Rios Paula
AGU/ICMBio

PARTICIPAÇÃO REMOTA:
Thiago Eli
ICMBio

MODERADORA:
Márcia David
Coordenação
Geral de
REDD+/MMA

Ao fazer a governança participativa e a gestão ambiental e territorial nos territórios coletivos de forma inclusiva, transparente, eficaz e respeitosa com os direitos e saberes tradicionais, é importante considerar alguns aspectos fundamentais como: a integração de Políticas Públicas e Salvaguardas, Consulta Livre Prévia e Informada (CLPI), fortalecimento das comunidades e da governança local e o apoio técnico e jurídico às comunidades.



No caso dos abusos contratuais, há como recorrer legalmente para a quebra desses contratos abusivos nas UC's?

Existe projeto de REDD+ em Terra Indígena reconhecida pela FUNAI e com atendimento às salvaguardas recomendadas? Onde?

Como a sociedade civil pode atuar em colaboração para subsanar as incapacidades do poder público com relação a formação de REDD+ para PICTAFs?

PAINEL TEMÁTICO 3

Proteção de direitos, publicidade
de ações, transparência de dados e
controle de legalidade



Felipe Moura Palha
(MPF-PA)

Rodrigo das Neves
(FOPEMA)

MODERADORA:
Mariane Nardi
Coordenadora-
Geral de REDD+/
MMA

A proteção de direitos territoriais e culturais dos povos tradicionais é essencial, com o MPF podendo desempenhar um papel central na fiscalização de contratos de REDD+. É fundamental garantir regulamentação clara, salvaguardas mínimas, repartição justa de benefícios e transparência para evitar abusos e violações legais.

Uma vez que os territórios indígenas (TIs) têm pela constituição o direito de uso de terra, a demarcação do TI realizada sana a questão fundiária e é base para demais políticas, recomendar ou barrar, não fere autonomia?

Quais atividades podem ou não podem ser feitas dentro de territórios com projetos de carbono?

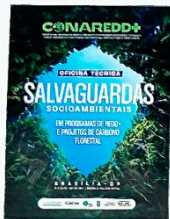
No caso dos modelos jurisdicionais, de quem é a responsabilidade de consulta aos povos indígenas? Das instâncias federais ou estaduais? Qual o papel de cada instituição no processo?



PAINEL TEMÁTICO 4

Implementação de salvaguardas e repartição de benefícios justa e equitativa nos programas de REDD+ implementados pelos Estados





A CONSTRUÇÃO PARTICIPATIVA
VEM ANTES!!! NÃO
DEPOIS DO ACORDO
FIRMADO

ACRE

EXECUÇÃO DAS
SALVAGUARDAS A
PARTIR DE UMA
BASE REGULAMEN-
TAR JÁ EXISTENTE



CAPACITAÇÕES ESTÃO
SENDO FEITAS. SOBRE
SALVAGUARDAS, REDD,
REPARTIÇÃO DE RECURSOS

AS SALVAGUARDAS
CONCRETIZAM AS
AÇÕES DE GOVERNANÇA
PARA IMPLEMENTAÇÃO
DOS MECANISMOS REDD

A IMPLEMENTAÇÃO
DAS SALVAGUARDAS
PODE SER EFETIVA
A PARTIR DA PARTICI-
PAÇÃO E ENVOLVIMENTO
DA GOVERNANÇA
COMUNITÁRIA

CAPACITAÇÕES
ESTÃO SENDO
FEITAS

TEMOS:

- CÂMARA TÉCNICA INDÍGENA E DAS MULHERES
- + 2 SENDO CRIADAS:
- JUVENTUDE
- AGRICULTURA FAMILIAR

Implementação de salvaguardas
e repartição de benefícios justa e
equitativa nos programas de REDD+
implementados pelos estados

MATO
GROSSO

APOIO DE
PARCEIROS É
FUNDAMENTAL

A IMPLEMENTAÇÃO DE
SALVAGUARDAS É UM
PROCESSO. O MONITORA-
MENTO DE INDICADORES
PRECISA SER CONTÍNUO
E SEMPRE APRIMORADO

A PARTICIPAÇÃO
COMUNITÁRIA DEVE
OCORRER EM TODAS
AS FASES DO PROCESSO,
NÃO APENAS NA FASE
DE IMPLEMENTAÇÃO

TEMOS:

- CONSELHO GESTOR REDD
- COMISSÃO DE GOVERNANÇA INDÍGENA: TEM + PODER DE DECISÃO

TEMOS SERVIDORES
DE CARREIRA



TODO O PROCESSO
DESDE O MONITORAMENTO
ATÉ A IMPLEMENTAÇÃO
FOI DOCUMENTADO EM
MATERIAL DISPONÍVEL
PARA CONSULTA

ESTAMOS EM
CONSTRUÇÃO

TEMPO É UM
DESAFIO MUITO
IMPORTANTE

TEMOS O DESAFIO
DE ESTAR EM UMA
TRANSIÇÃO DE BIOMAS

EM 2023 FOI REALIZADO
UM FÓRUM DE REDD+
COM PICTAF PARA
LEVAR INFORMAÇÕES AOS
REPRESENTANTES E
DESENVOLVER AS
ETAPAS DE
CONSULTAS

ESTAMOS SOFRENDO
COM A SECA, SEM
ÁGUA, PEIXE MORRENDO,
E O ESTADO NÃO
ESTÁ PRECUPADO!



É UMA
CONSTRUÇÃO
CONTÍNUA

CÂMARA
INDÍGENA

CÂMARA
QUILÔMOLA

GT REDD+

CÂMARA DA
AGRICULTURA
FAMILIAR

CONSULTAS DENTRO
DOS TERRITÓRIOS E
CONSULTAS ONLINE PREVISTAS



ESTAMOS EM UM
MOMENTO POLÍTICO
DE MUDANÇA DE
PARADIGMA

TEMOS UMA
ESTRUTURA DE
POLÍTICA PÚBLICA
QUE ESTÁ COMEÇAN-
DO A MUDAR

OS ESTADOS
ESTÃO PERMITINDO
QUE VOZES PLURAIS
SEJAM OUVIDAS

2019/2020: POLÍTICA
ESTADUAL DE
MUDANÇAS CLIMÁTICAS
VALORIZAR A
FLORESTA EM PÉ!

EM ANDAMENTO:

- * OUVIDORIA
- * REPARTIÇÃO DE BENEFÍCIOS
- * SISTEMA DE SALVAGUARDAS

Mila Maia
BR: & Celia Manara

MIRÁ

DESIGN DE ORGANIZAÇÕES

Isabel Acker
(SEMARH/TO)

Leonardo
Carvalho
(IMC/AC)

Caroline
Chichorro
(SEMA/MT)

Jessica Costa
(SEMAs/PA)

MODERADORA:
Milena Terra
(PNUD)

A implementação de salvaguardas e uma repartição justa dos benefícios nos programas de REDD+ exige transparência, capacitação, participação ativa das comunidades e um diálogo constante para garantir a eficácia, eficiência e equidade na distribuição dos recursos. Neste painel foram abordadas as experiências dos estados do Acre, Tocantins, Mato Grosso e Pará.



Como os estados estão fazendo processos de ouvidoria? E como essa ouvidoria é acessada pelas comunidades? Existem exemplos de ouvidoria funcionando e que tipo de informação chega por lá?

Houve, ou há, CLPI para a decisão quanto à repartição de benefícios nos estados?

Que elementos de políticas públicas os governos estaduais esperam que sejam produzidos ou construídos pelo Governo Federal para facilitar o aninhamento de programas jurisdicionais à ENREDD+?

PAINEL TEMÁTICO 5

Implementação de salvaguardas e repartição de benefícios justa e equitativa em projetos privados de carbono florestal





NÓS, POVOS TRADICIONAIS,
TEMOS CONDIÇÕES DE
SERMOS PROTAGONISTAS
DA NOSSA PRÓPRIA
HISTÓRIA

É PRECISO CAPTAR,
OUVIR MUITO NO PROCESSO
INICIAL DA CONSULTA.
FAZER UM LONGO
TRABALHO DE CAMPO

A GENTE
PASSA UMANO
SE CONHECENDO

ESSES PRIMEIROS
ENCONTROS VÃO DAR
O TOM DE COMO
SERÁ O NOSSO
JEITO DE SE
RELACIONAR

IGUALDADE
RESPEITO
CO-CRIAÇÃO

CO-CONSTRUÇÃO
DE CONHECIMENTO
IRÁ SERVIR COMO
BASE DO
PROJETO!

AS LIDERANÇAS
PRECISAM ESTAR
CAPACITADAS PARA
TOMADA DE DECISÃO
JUNTO ÀS CERTIFICADORAS

PROCESSOS QUE INCLUEM
OFICINAS VIVAS,
ATIVAS E DINÂMICAS

OS PICTAFs NÃO
SÃO BENEFICIÁRIOS, ELES SÃO
GESTORES DOS PROJETOS



Implementação de Salvaguardas e
repartição de benefícios justa e
equitativa em projetos privados de
carbono florestal

O SETOR PRIVADO ESTÁ
AQUI PARA COLABORAR PARA
SER UMA SEMENTINHA
MAS NÃO PARA RESOLVER
O PROBLEMA

O ESTADO BRASILEIRO
PRECISA PROTEGER OS PICTAFs
DE MUITAS ARMADILHAS
DISFARÇADAS DE
DESENVOLVIMENTO

É PRECISO RESPEITAR A
AUTONOMIA
DOS POVOS

DO QUE SE VIVE AQUI QUANDO
ACABA O DESMATAMENTO?
(JOVENS PERGUNTAM)

OS MÉTODOS E CRITÉRIOS
PARA CREDENCIAR PROJETOS
DE CARBONO SÃO MUITO
RIGOROSOS

PARA REGISTRAR UM
PROJETO NO BRASIL É
PRECISO GASTAR CERCA DE
500 MIL DOLARES

O carbono é só uma
porta de entrada
para gerar

DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL

A CERTIFICADORA PRIVADA E
JURISDICIONAL ATUAM NO MESMO
MERCADO VOLUNTÁRIO DE CARBONO
A DIFERENÇA É A ABRANGÊNCIA

VENDA ANTECIPADA DE
CRÉDITOS É UMA DAS FORMAS
DE LEVANTAR RECURSOS PARA
A REALIZAÇÃO DO PROJETO

EXISTE UMA INDÚSTRIA
DO DESMATAMENTO
QUE LUCRA MUITO !!!

É OBRIGAÇÃO DOS
DESENVOLVEDORES DE
PROJETOS APRESENTAREM
TODOS OS ATORES COM
OS QUAIS POSSUEM
RELAÇÃO



PROCURAMOS FAZER
ALGO CONCRETO, QUE
FAÇA SENTIDO NA
VIDA DAS PESSOAS

A COLABORAÇÃO COM
ORGÃOS DO GOVERNO É
IMPORTANTE PARA GARANTIR
A MELHORIA DOS PROJETOS



SALVAGUARDAS

SOCIOAMBIENTAIS

PROGRAMAS REDD+
PROJETOS DE CARBONO

IMPLEMENTAÇÃO
REPARTIÇÃO DE
EQUITATIVA EM
CARBONO

MODERADO
CONVIDADO

Monique Vanni
(Wildlife Works)

1 hora

SALVAGUARDAS SOCIOAMBIENTAIS EM PROGRAMAS DE REDD+

SALVAGUARDAS
Estados A

PROJETO



MODERADORA:
**Letícia
Guimarães**
(PNUD)

Janaina Dallan
(Aliança Brasil NBS)

Tiago Ricci
(Systemica)



A implementação de salvaguardas e repartição de benefícios justa e equitativa em projetos de carbono florestal envolve garantir a transparência, participação ativa e a capacitação das comunidades, assegurando que sejam parceiras na cogestão e proteção de seus territórios.

Como funciona a repartição de Benefícios na prática, quantos por cento é repartido com a comunidade e qual a forma que eles implementam esses recursos?

Qual a proposta da Aliança para evitar a dupla contagem com os programas jurisdicionais?

Sabendo de sua duração de 30-40 anos, como proceder quando a comunidade envolvida não quer prosseguir com o projeto de carbono em questão?



PAINEL TEMÁTICO 6

Diversidade de gênero e gerações
nos programas de REDD+ e projetos
privados de carbono florestal





É PRECISO QUE A
GENTE FALE DE NÓS,
DAS NOSSAS RAÍZES,
DOS NOSSOS CORPOS

Diversidade de gênero & gerações
nos programas de REDD+ e projetos
privados de carbono florestal

NOSSA MISSÃO É QUE A
INFORMAÇÃO
CHEGUE NA BASE!

DESENVOLVIMENTO
RIMA COM
DESENCANTAMENTO

A NOÇÃO DE DESENVOLVIMENTO
NÃO É UNILATERAL

PRECISAMOS OUVIR E
CONSIDERAR DIFERENTES
REALIDADES!

A CONSTRUÇÃO
COM AS COMUNIDADES
É UM EXERCÍCIO
DE DENTRO
PARA FORA

NÃO ADIANTA TER TODAS
AS RESPOSTAS SE AS
PERGUNTAS MUDAM!!
É UM PROCESSO DE
APRENDIZADO CONSTANTE

A RESPONSABILIDADE É
DE HOMENS E MULHERES,
MAS A TOMADA DE DECISÕES
ACABA FICANDO SÓ COM
UM GÊNERO

NÓS SOMOS
ESSENCIAIS EM
TODOS OS ESPAÇOS!

REIVINDICAÇÃO DE ESPAÇOS
PARA VOZ DAS MULHERES!
NÓS SOMOS ESSENCIAIS:
NA ROÇA, NA EDUCAÇÃO,
NA GESTÃO, NA ORGANIZAÇÃO

AINDA VIVEMOS BARREIRAS
QUANDO TENTAMOS LEVAR
MULHERES PARA TERRITÓRIOS
ONDE SÓ OS HOMENS FALAM

SABEMOS QUE TEMOS
PESSOAS CAPACITADAS NAS
ALDEIAS, NOS QUILOMBOS,
CAPAZES DE PASSAR EM
CONCURSO PÚBLICO E
FAZER PARTE DO GOVERNO

VIVEMOS UMA CONSTRUÇÃO
HISTÓRICA DE APAGAMENTO
DA PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES

SOMOS UM MUSEU
VIVO, UMA FROTEIRA
PARA A

**SOBERANIA
AUMENTAR**

O CORPO DAS EMPRESAS
NÃO PODE TER APENAS
NÃO-INDÍGENAS. PRECISAMOS
DELES DO LADO DE CÁ TAMBÉM

NÃO EXISTE MITIGAÇÃO
CLIMÁTICA E TRANSIÇÃO ENERGÉTICA
JUSTA SEM A REDUÇÃO DAS
DESIGUALDADES SOCIAIS

FORMAÇÃO DE
NOVAS
LIDERANÇAS!



PRECISAMOS
OCUPAR OS
ESPAÇOS DE
DECISÃO

NÃO ESTAMOS DESCONECTADAS
DAS QUESTÕES POLÍTICAS

MULHERES COMO
PRESIDENTES DE
ASSOCIAÇÕES...
MULHERES QUE
QUEBRARAM AS
TRADIÇÕES E
ASSUMIRAM A
LIDERANÇA!

MULHERES SÃO DEFENSORAS
DO EQUILÍBRIO CLIMÁTICO,
ENTÃO É FUNDAMENTAL
ESTAREM ENVOLVIDAS
NAS SOLUÇÕES!

O QUE TEM AVER A
QUESTÃO DE GÊNERO COM
O CLIMA?

E COMO AS MULHERES
PARTICIPAM DO MERCADO
DE REDD+?

O MINISTÉRIO DAS
MULHERES ESTÁ
COMEÇANDO A SE
APROPRIAR DA
DISCUSSÃO REDD+
E MERCADO DE
CARBONO

QUANDO A
MULHER SAI,
TUDO PARA!!
É PRECISO
DIVIDIR AS
TAREFAS

QUEM SÃO OS ATORES
CHAVE NA COMUNIDADE? ELES
ESTÃO NOS GRUPOS DE TRABALHO?
ESTÃO NA TOMADA DE DECISÃO?

EU NASCI DE
UMA MULHER

NÓS QUE TRAZEMOS
FORTE NO PEITO
A ANCESTRALIDADE
MERECEMOS
RESPEITO

Por Mila Maia
& Celia Manara



OFICINA TÉCNICA

SALVAGUARDAS

MODERADORA:
Mariane Nardi
(MMA)

Sofia Santos Scartezini
(Biofix)

Jocy Aguiar
Ministério das
Mulheres (MM)

**Nedina
Yawanawa**
(SEPI-AC)

**Celia Regina Nunes
das Neves**
(CONFREM e CONAREX)

Garantir a diversidade de gênero e gerações nos programas e projetos de REDD+ é crucial para uma gestão mais inclusiva e justa. A participação ativa de mulheres e jovens promove uma visão mais ampla e integrada, essencial para enfrentar desafios sociais e ambientais, fortalecendo a equidade e a sustentabilidade das iniciativas.



Por vezes o que se chama de inclusão de gênero se dá simplesmente por meio de um espaço para crianças/amamentação de forma que as mulheres mães tenham a possibilidade de participar. Mas é suficiente?

Os anciãos também são considerados quando se fala da inclusão de diferentes gerações? Como são incluídos?

A diversidade de gênero reflete somente a inclusão de mulheres nos locais de decisões? E as pessoas transgênero?

Quais estratégias para desenvolver lideranças de mulheres? Ao invés de somente incentivar.

PAINEL TEMÁTICO 7

O papel da sociedade civil organizada na implementação da Estratégia Nacional para REDD+ (ENREDD+) e iniciativas de REDD+





O PAPEL DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA NA IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA NACIONAL PARA REDD+ (ENREDD+) E INICIATIVAS DE REDD+

CONAREDD+ TEM UM PAPEL DE FAZER CADASTRO DE PROJETOS E TRAZER MAIS TRANSPARÊNCIA

NÃO É A CERTIFICADORA QUE VAI NOS FALAR O QUE PRECISA SER FEITO, É PRECISO UM

AS SALVAGUARDAS SÃO ASSUNTOS POLÍTICOS! ESTAMOS FALANDO EM CRIAÇÃO DE DIREITOS

PRECISAMOS FALAR DE PUNIÇÃO PARA QUEM VIOLA DIREITOS. A IMPUNIDADE GERA + VIOLAÇÃO DE DIREITOS



PRIORIDADE DA CONAREDD+: CRIAR UMA OUVIDORIA

EIXOS IMPORTANTES
↓
POLÍTICA INOVAÇÃO
↓
TRANSPARÊNCIA

PRECISAMOS DE UMA OUVIDORIA FORTE! NÃO ALGUÉM AO LADO DE UM TELEFONE SEM INFRA-ESTRUTURA

ANTES DE CHEGAR QUALQUER TIPO DE PROJETO, A GOVERNANÇA DO TERRITÓRIO PRECISA ESTAR ESTABELECIDO E FORTE

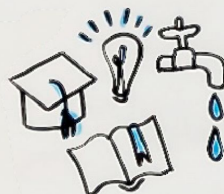
Como assim agroecologia e direitos humanos não tem nada a ver com REDD+?

A SOPA DE LETRINHAS NÃO EXISTE PARA INSTALAR DIREITOS, MAS PARA FACILITAR UMA TRANSAÇÃO

NOSSA BÚSSOLA PRECISA SER QUEM PROTEGE A FLORESTA A MILHARES DE ANOS!!



POVOS ORIGINÁRIOS!



PRECISAMOS DE APOIO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA, EDUCAÇÃO, SANEAMENTO BÁSICO P/ FALARMOS DE DESMATAMENTO

AS DIRETRIZES DE SALVAGUARDAS DEVEM SER BASEADAS NAS REALIDADES LOCAIS E MULTICULTURAIS DO TERRITÓRIO BRASILEIRO

FORMAÇÃO QUE TRAGA AUTONOMIA P/ A GESTÃO DE SEUS TERRITÓRIOS

Letícia Tura
(FASE)

MODERADOR:
Ciro Brito
(ISA)

Natali Silveira
(Imaflora)

Alice Thuault
(ICV)

A sociedade civil tem um papel essencial na implementação do REDD+ ao atuar como fiscalizadora, promotora de transparência, defensora dos direitos das comunidades tradicionais e promotora de políticas públicas inclusivas. A criação de ouvidorias, a democratização das políticas e o apoio a iniciativas sustentáveis são aspectos centrais para garantir que os programas de REDD+ alcancem seus objetivos de forma justa e eficiente.



Poderiam ser dados exemplos de como as ONGs ajudaram ou ajudam na implementação de programas e projetos de REDD+?

De forma mais simples pode explicar o papel da sociedade civil no dia a dia da iniciativa de REDD+? Organizações como ICV podem trabalhar junto com o governo na construção e não apenas em denúncia?

SUBSÍDIO PARA DISCUSSÃO

Subsídio para a formulação de diretrizes para salvaguardas em
programas de REDD+ e projetos privados de carbono
florestal aderentes à ENREDD+

APRESENTAÇÃO DO SUBSÍDIO



Subsídio para a formulação de diretrizes para salvaguardas em programas de REDD+ e projetos privados de carbono florestal aderentes à ENREDD+

Márcia David (MMA)

É preciso preparar as comunidades para receber um projeto de carbono

SE QUEREMOS
ENGAJAR AS
COMUNIDADES
PRECISAMOS
TRATÁ-LAS
COMO PARCEIRAS

SUBSÍDIO PARA DISCUSSÃO

DIRETRIZES PARA SALVAGUARDAS SOCIO-AMBIENTAIS EM PROGRAMAS DE REDD+ E PROJETOS PRIVADOS DE CARBONO FLORESTAL

A discussão de alinhamento de ENREDD+ passa pela discussão de políticas públicas no Brasil

COORDENAÇÃO COM AS
POLÍTICAS PÚBLICAS DE
GESTÃO AMBIENTAL
E TERRITORIAL

JUSTA
REPARTIÇÃO
DE BENEFÍCIOS

PROTAGONISMO
E AUTONOMIA
DAS COMUNIDADES

TRANSPARÊNCIA
DE DADOS E PUBLICIDADE
DAS AÇÕES

CONTROLE DE
LEGALIDADE E
CONTROLE
SOCIAL

CONSISTÊNCIA
METODOLÓGICA
DAS INICIATIVAS

CONSULTA LIVRE
PREVIA E INFORMADA
AS COMUNIDADES

RESPEITO ÀS
MÚLTIPLAS
TERRITORIALIDADES

RESPEITO ÀS
MULTIPLICIDADES
CULTURAIS



PREMISSAS

Por: Mila Maia
& Celia Manafa



DESIGN DE ORGANIZAÇÕES
49

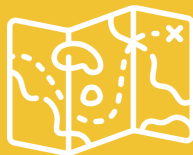
GRUPOS DE TRABALHO





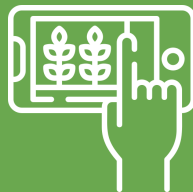
GRUPO 1

Consentimento
Livre, Prévio e
Informado (CLPI),
protocolos de
consulta e
governanças
participativas



GRUPO 2

Instrumentos de
gestão ambiental e
territorial, e
conservação com
uso sustentável



GRUPO 3

Transparência de
dados, publicidade
de ações e
controle de
legalidade



GRUPO 4

Monitoramento e
sumário de
salvaguardas



GRUPO 5

Diversidade de
gênero e gerações,
e formação para
REDD+



GRUPO DE TRABALHO 1

Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI), protocolos de consulta e governanças participativas





Consulta deve ser previa a qualquer ato administrativo

COMUNIDADES QUE NÃO POSSUEM PROTOCOLOS PRÓPRIOS DEVEM SER IGUALMENTE CONSULTADOS A PARTIR DE PACTUAÇÃO SOBRE COMO FAZER A CLPI, EM CADA TERRITÓRIO

ANTES DE DEFINIR O COMPRADOR/INVESTIDOR

- * PROGRAMA JURISDICIONAL PPCDQ
- * IMPLEMENTAÇÃO DE COLEGIADO
- * SISTEMA DE SALVAGUARDAS + OUVIDORIA
- * MONITORAMENTO FLORESTAL FREL
- * NEGOCIAÇÃO E CONTRATO

DEFINIR COM CLAREZA AS REPRESENTAÇÕES DE CADA SEGMENTO

Representantes de PIPCTAFs devem ter cadeiras titulares

GRUPO 1

CONSENTIMENTO LIVRE, PRÉVIO E INFORMADO (CLPI), PROTOCOLOS DE CONSULTA E GOVERNANÇAS PARTICIPATIVAS



PROCESSO DE CONSULTA

- * INFORMAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO
- * PREPARAÇÃO OBJETOS/DOCUMENTOS A SEREM CONSULTADOS
- * MARCO REGULATÓRIO
- * ELEGIBILIDADE

CONSULTA DEVE TRAZER INFO SOBRE:

- * FONTES DE FINANCIAMENTO
- * ESTUDOS DE VIABILIDADE
- * ETAPAS DO PROCESSO
- * ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA

transparência e fácil acesso às informações disponíveis para garantir um processo legítimo de consulta!

A METODOLOGIA PARA A CONSULTA DEVE SER ELABORADA COM AS PESSOAS/COMUNIDADES LOCAIS

Somos povos de oralidade, não povos de escrita

TEMOS MUITAS DIFERENÇAS DE INTERPRETAÇÃO



Quais as formas de consulta? Quem realiza? Como deve ser registrado? Como diferenciar consulta de consentimento?

Consulta deve trazer informações sobre: fontes de financiamento, estudos de viabilidade, etapas do processo, estruturas de governança

O estado pode contar com instituições parceiras para apoiar os processos de consulta

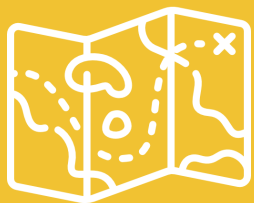
PIPCTAFS devem ter representantes na elaboração das etapas e processos de consulta

Os riscos e benefícios devem ser esclarecidos



Quais etapas dos projetos privados devem ser submetidas à consulta?

A empresa verifica se o projeto é viável, se tem associação, se a comunidade tem interesse, se existe ameaça ao território, titularidade dos créditos, viabilidade do projeto, estudos técnicos.



GRUPO DE TRABALHO 2

Instrumentos de gestão ambiental e territorial, e conservação com uso sustentável

GRUPO DE TRABALHO 2

OFICINA TÉCNICA

SALVAGUARDAS

Contribuições para o Grupo 2

Acesse ment.com | e use o código 1849 7891

respostas





ALINHAMENTO DOS PROJETOS À LEGISLAÇÃO NACIONAL

REDD+ COMO ESTRATÉGIA
DE COMBATE AO DESMATAMENTO

PRECISAMOS TER
CLAREZA NOS
INDICADORES, MAS
NEM TODOS SÃO
CONDICIONANTES

É NECESSÁRIO
DEMONSTRAR O
CUMPRIMENTO DE
SALVAGUARDAS A,
DE ALINHAMENTO
COM POLÍTICAS
FLORESTAIS
NACIONAIS

ESTRATÉGIAS
JURISDICIONAIS
PODEM AJUDAR A
REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA COMO,
PARTE DA ESTRATÉGIA
DE REPARTIÇÃO DE
BENEFÍCIOS

FALTA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

É UMA
LIMITANTE
PARA OS
PROJETOS

É FUNDAMENTAL
IDENTIFICAR E
LIDAR COM OS
CONFLITOS
FUNDIÁRIOS

GRUPO 2

INSTRUMENTOS DE GESTÃO AMBIENTAL
E TERRITORIAL E CONSERVAÇÃO COM
USO SUSTENTÁVEL



TERRITÓRIO QUILOMBOLA

TRATAR PROGRAMAS
JURISDICIONAIS DIF-
ERENTE DOS PROJETOS
PRIVADOS

PROGRAMAS
JURISDICIONAIS
NÃO PODEM ACONTECER
SÓ EM TERRITÓRIOS
RECONHECIDOS

UCs DEVEM
CONTAR COM O
ENVOLVIMENTO
DO ICMBIO

UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

• VERIFICAÇÃO
SE A COMUNIDADE
QUER O PROGRAMA/
PROJETO

• REDD+ PRIVILEGIA
QUEM DESMATA?
• RECONHECIMENTO
NÃO PODE ACONTECER
SÓ POR DECRETO

PLANO DE GERENCIAMENTO
TERRITORIAL ESTÁ BEM
FUNDAMENTADO POR
ESTUDOS SOBRE
AS COMUNIDADES

ATUALIZAÇÃO
DE INSTRUMENTOS
DE GESTÃO POR MEIO
DOS PROCESSOS DE
CONSULTA CLPI

CONAREDD+ PRECISA
CRIAR DIRETRIZES
INCORPORANDO
INSTRUMENTOS DE
GESTÃO PARA
PROJETOS e PROGRAMAS

Não é uma
queda de braço
entre o
PÚBLICO e o PRIVADO


Mapeamento de Atores relevantes



DESIGN DE ORGANIZAÇÕES

Mapeamento das atividades que acontecem nos territórios

Regularizar territórios como parte da estratégia

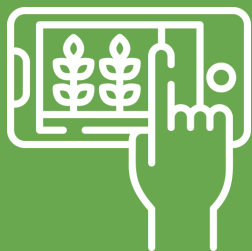


Como as áreas protegidas (terras indígenas, quilombos e unidades de conservação) que ainda estão em processo de reconhecimento são incluídas nos programas de REDD+ e projetos privados de carbono florestal?

Dificuldade de acesso a informação sobre os processos de REDD+ nas comunidades

Como ficam as consultas a grupos sem território reconhecidos? - Diretrizes da CONAREDD+ poderiam clarear

Falta de segurança jurídica: diminuição de oportunidades



GRUPO DE TRABALHO 3

Transparência de dados, publicidade de ações e controle de legalidade





Entender quem é o usuário e promover a unificação dos dados

GRUPO 3

TRANSPARÊNCIA DE DADOS,
PUBLICIDADE DE AÇÕES, CONTROLE
DE LEGALIDADE E SOCIAL

CONTRATOS DE PROJETOS PRIVADOS DE CARBONO FLORESTAL

*FALTA ACESSIBILIDADE DAS INFORMAÇÕES, TERMOS EXTREMAMENTE TÉCNICOS



RISCOS PARA COGESTÃO DOS CONTRATOS

REGISTRO PÚBLICO

Cadastro ou Registro?
COMPLEXIDADE E EXIGÊNCIAS DIFERENTES

TRANSPARÊNCIA É CHAVE PARA AS COMUNIDADES CONSEGUIREM AVALIAR O QUE É PROJETO BOM OU RUIM

FACILITA O CONTROLE, FISCALIZAÇÃO E O MONITORAMENTO SOCIAL, AMBIENTAL E JURÍDICO

INTIMIDA PROJETOS RUINS (OU DE MÁ-FÉ)



BOAS PRÁTICAS

*CLÁUSULAS QUE PROTEJAM AS COMUNIDADES DA RESPONSABILIDADE FINANCEIRA PELA PRESCRIÇÃO CONTRATUAL

*REGISTRAR OS PROCEDIMENTOS, DE CLPI NAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS

*PROTÓCOLOS DE CONSULTA ELABORADOS

*MOMENTOS DE CONSULTA AO LONGO DO PROJETO

*PGTs PREVÍOS EM TERRAS INDÍGENAS

OUIDORIA

EVITA CRIMES COMO GRILAGEM DO CARBONO EM DECORRÊNCIA DE SOBREPOSIÇÃO DE PROJETOS NAS ÁREAS DECLARADAS

Info na Plataforma

- LEIS APLICÁVEIS
- GOVERNANÇA DOS PROJETOS
- CONHECIMENTOS TRADICIONAIS
- REGISTRO DE CONTRATOS
- REGISTRAR PARA PODER ACESSAR RECURSOS
- MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO
- PERÍMETRO DOS PROJETOS
- NATUREZA DA INICIATIVA
- ENVOLVIDOS/PROPONENTES
- BENEFÍCIOS CLIMÁTICOS
- REPARTIÇÃO DE BENEFÍCIOS
- GERAÇÃO DE ATIVOS
- COMERCIALIZAÇÃO DE ATIVOS

*FORMAÇÃO NAS OUIDORIAS

*COMUNICAÇÃO COM ÓRGÃOS COMO MPF

*OUIDORES ESPECIALIZADOS EM REDD+ E PICTAFS

*MAPEAMENTO DAS OUIDORIAS

*COLOCAR REDD+ NO FALA BRASIL

*COMUNICAÇÃO DIRETA COM CERTIFICADOR

*FORMATOS QUE ATENDAM PICTAFS

*CANAIS EXTRADIFUSIONÁRIOS

A CAPACIDADE ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA DAS COMUNIDADES DEVEM SER LEVADAS EM CONSIDERAÇÃO

A ASSESSORIA TÉCNICA E JURÍDICA DEVEM SER INDICADAS PELAS PRÓPRIAS COMUNIDADES

- 1 - Contribui se integra os projetos
- 2-Foco no usuário (acessível).
- 3- Atualização periódica.
- 4-Garantir verificabilidade das informações, arquivos e dados.



Como o registro público das iniciativas de REDD+ pode contribuir para a transparência de informações?

Transparência é chave para as comunidades conseguirem avaliar o que é projeto bom ou ruim

Intimidar projetos ruins

Formação nas ouvidorias
dos órgãos públicos sobre
REDD+

Comunicação das ouvidorias
com órgãos como MPF e
Defensoria Pública



**Quais os mecanismos de queixa
(Ex: ouvidoria) devem ser
usados em Programas
Jurisdicionais de REDD+ e
projetos privados de carbono? O
que não pode faltar em um
mecanismo de queixas (Ex.
ouvidoria)?**

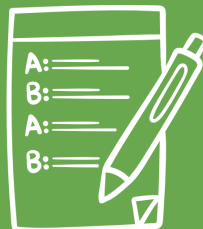
Formatos adequados
de ouvidoria que
atendam PIPCTS

(ex: Ouvidoria
itinerante)

Colocar o tema
REDD+ no FalaBr

Existem padrões de certificadores que podem subsidiar uma avaliação sobre cláusulas contratuais mínimas.

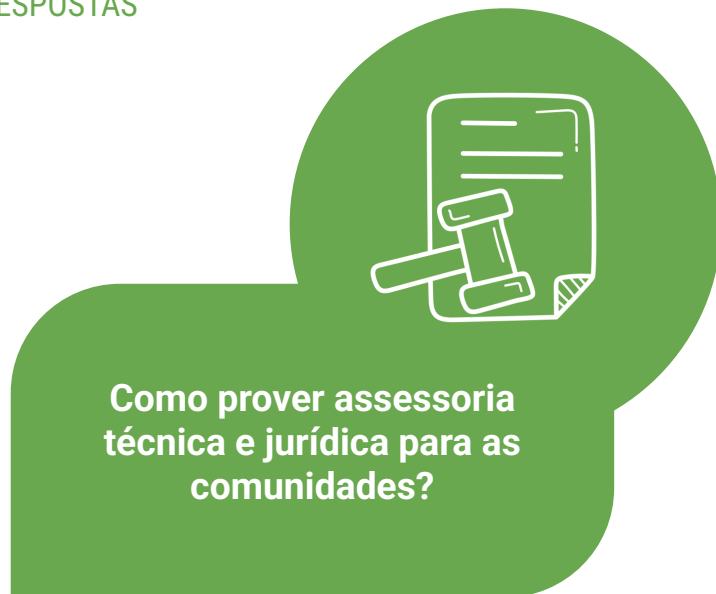
Algumas legislações, normas ou iniciativas também podem gerar insumos contratuais (repartição de benefícios e Prona-clima AGU)



Quais são as cláusulas necessárias para a proteção de direitos individuais e coletivos de grupos culturais específicos? É possível propor contratos-padrão ou cláusulas-padrão para uso das comunidades?

Cláusulas que protejam as comunidades da responsabilização financeira pela rescisão contratual, considerando a capacidade financeira das comunidades

Recursos para fortalecer assessoria técnica de COIAB, CONAQ, CNS e DPU MPF...



Parcerias com a sociedade civil

Poder Público pode atuar como assessoria jurídica em caso de vulnerabilidade/excepcionalidade?

Empresa assumir o custo jurídico e essa assessoria ser indicada pela comunidade por meio de sua entidade representativa (estadual ou regional)



GRUPO DE TRABALHO 4

Monitoramento e sumário de salvaguardas

OFICINA TÉCNICA

SALVAGUARDAS

BRASÍLIA -
8 A 10/10 BH ÀS 18H | BRASÍLIA PALACE

REDD

FA PROVENIENTES DO DESMATAMENTO E
EL E AUMENTO DE ESTOQUES DE CARBONO



REGULAMENTAÇÃO DOS
VVBs - ORGANISMOS
DE VALIDAÇÃO/VERIFI-
CAÇÃO

PROJETOS E PROGRAMAS
DEVEM OBSERVAR A
INTERPRETAÇÃO DAS
SALVAGUARDAS PI O BRASIL

VERIFICAR O CUMPRIMENTO
DOS PROTOCOLOS DE
CONSULTA

INFORMAÇÃO SIMPLES, PRÉVIA
E REGULAR PREVENINDO
GOLPES

MOSTRAR O CUMPRI-
MENTO DAS SALVAGUARDAS
PARA QUE O PAGAMENTO
ACONTEÇA

LINGUAGEM

- SIMPLES, MAS NÃO
SIMPLORIA
- ACESSÍVEL, SEM SER
RASA
- COM COMPREENSÃO VALIDADA

GARANTIR
COMUNICAÇÃO AMPLA PARA
CONHECIMENTO DA SOCIEDADE

INTEGRAÇÃO EMPRESAS,
TERRITÓRIO E GOVERNO SOBRE
INFORMAÇÕES DAS OUVIDORIÃS

GRUP 4

MONITORAMENTO, REPORTE DO CUMPRIMENTO DE SALVAGUARDAS
E CONSTRUÇÃO DOS SUMÁRIOS DE INFORMAÇÕES SOBRE SALVAGUARDAS



EXISTÊNCIA DE
REGULAMENTAÇÃO
PARA AVALIADORES

PARTICIPAÇÃO DE
AUDITORES PÍCTS

Quem vive
no território
monitora!

ALCANÇAR OS OBJETIVOS DE
FORMA EFICIENTE, PARA
ALÉM DE UM "CHECK-LIST"

Monitoramento
é responsabilidade
de TODOS!

MONITORAMENTO REALIZADO
POR GOVERNO, COMUNIDADE E
SOCIEDADE CÍVEL EM TODAS
AS ETAPAS, NÃO SÓ NO FINAL

ATENÇÃO PARA
Nº DE INDICADORES
USADO


GERAR RESULTADO
PARA AS COMUNIDADES
E PARA O CLIMA

INTEGRAÇÃO DOS SIS-
TEMAS DE MONITORAMENTO

Fundamental sempre
respeitar as leis nacionais

Todos os envolvidos, em todas
as fases (governo, sociedade
civil, comunidades, credenc.)

Quem faz o monitoramento é
quem está vivendo no território
todos os dias



**Quem monitora o
cumprimento de
salvaguardas no uso dos
recursos de REDD+ em
Programas Jurisdicionais e
projetos de carbono?**

Requer interpretação dos
padrões para a realidade local

Falta alinhamento com as
certificadoras para
monitoramento qualitativo dos
projetos privados para
cumprimento das
salvaguardas

Verificação independente
para projetos privados

Experiência positiva com
envolvimento local em
monitoramento qualitativo

Estruturas de governança são
essenciais



GRUPO DE TRABALHO 5

Diversidade de gênero e gerações, e
formação para REDD+

GRUPO DE TRABALHO 5





INCLUIR ESSES TEMAS
NA FORMAÇÃO BÁSICA

Cuidado
como
princípio!

GARANTIA da
PARTICIPAÇÃO de
MULHERES, JOVENS
e ANCIÃS/ANCIÃOS
com SUB PROGRAMAS
ESPECÍFICOS

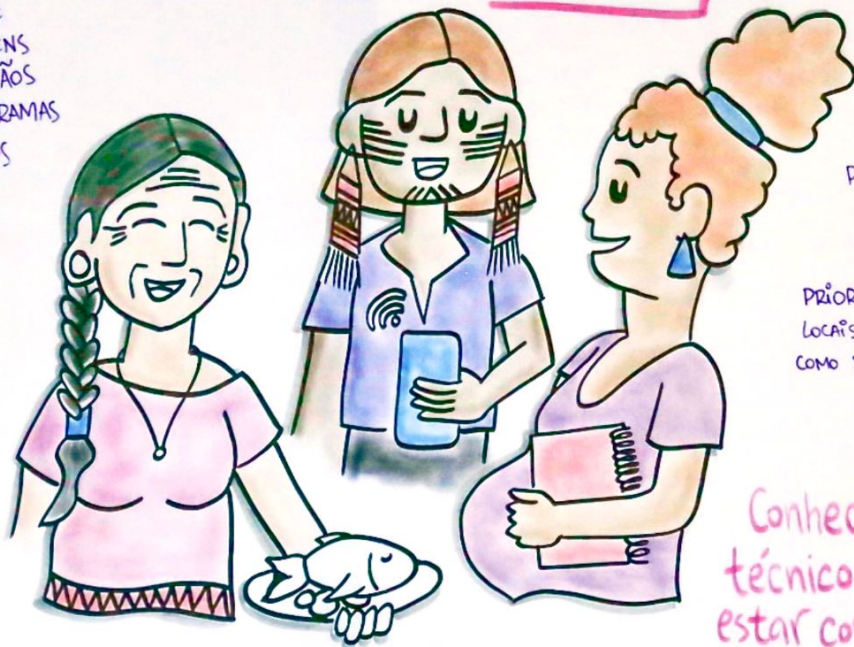
CONSTRUIR
METODOLOGIAS
CONJUNTAS
DESCONSTRUINDO
METODOLOGIAS
PRÉ-PRONTAS

NECESSIDADE de
ACESSO à INTERNET
e TECNOLOGIAS

FORMAÇÃO CONTINUADA
para AGENTES
MULTIPLICADORES

GRUPO 5

DIVERSIDADE DE GÊNERO & GERAÇÕES E
FORMAÇÃO PARA REDD+



TER PARIDADE
de GÊNERO e
GERAÇÃO
FORMADORES e
FORMADOS

APOIAR A PARTICIPAÇÃO
de MULHERES,
GARANTINDO CUIDADOS
COM OS FILHOS

IMPORTÂNCIA de TER
INFORMAÇÃO de QUALIDADE
PARA a ANÁLISE de PROJETOS

INCLUIR UNIVERSIDADES
na FORMAÇÃO de
GESTORES

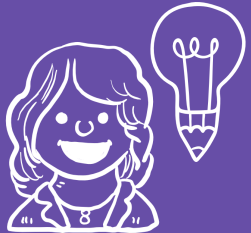
PRIORIZAR ATORES
LOCAIS PARA ATUAR
COMO FORMADORES

CRIAR REGRAS de PRESENÇA
para INTEGRAÇÃO de GERAÇÃO
e GÊNERO em GRANDES
PROJETOS

Conhecimento
técnico precisa
estar conectado
ao saber local!

Nos espaços de governança, criar câmaras específicas sobre gênero e gerações

Ter nos cursos de formação a paridade de gênero e gerações. formadores e formados.



Como os programas de REDD+ e projetos privados de carbono florestal podem criar oportunidades para mulheres, anciãos e jovens nas ações de coordenação e gestão do projeto?


Na gestão de grandes projetos criar regras de presença para a integração de gerações e gêneros.

Os agentes comunitários como multiplicadores das capacitações no próprio território.

Estratégias e dinâmicas atrativas para o público jovem

Em caso de formação on-line realizar em blocos curtos, e ter monitoria entre cursos

O ideal é a formação presencial. Dinâmica das reuniões em pequenos grupos



Quais formatos possíveis para um programa de formação sobre REDD+, considerando os segmentos participantes?

Próprios participantes produzirem os materiais dos produtos de conteúdos

Adequar as linguagens para diferentes realidades

Garantia de recursos financeiros para multiplicadores/agentes ambientais

Garantir o tempo da comunidade

DEPOIMENTOS





“Eles [os PIPCTAF] não podem ser consultados no final do processo. A gente precisa envolver para que eles conheçam: o que é o REDD+ Jurisdicional, como esse mecanismo vai chegar nas comunidades indígenas, qual é o recurso que está sendo implementado através desse projeto, e, principalmente, a garantia das salvaguardas, da convenção 169”

Sineia do Vale | Conselho indígena de Roraima - CIR

“Esse processo de poder aprofundar na temática pra gente é extremamente importante e a gente consegue também criar um processo de articulação com outros parentes, outras organizações, que já estão na caminhada a mais tempo. E a gente pode perceber também que isso não começa agora e como que essa estratégia de REDD+ vai dialogar com outras políticas que também são indispensáveis aos nossos territórios, dentre elas a política de regularização fundiária. Acho que compreender os mercados, o mercado do governo, o mercado voluntário, esse é um caminho importante para que os povos e os territórios não assinem projetos e contratos que sejam prejudiciais ao invés de gerar um processo de fortalecimento um processo de engajamento e de fortalecimento dos seus territórios e das suas necessidades.”

Samuel Caetano | Geraizeiro, Coordenador do DGM Global,
Presidente do Conselho Nacional dos Povos e Comunidades
Tradicionais - CNPCT





"A gente sabe que estar nesses espaços é importante não só pra nossa organização mas também para o nosso conhecimento, pra gente agregar dentro do nosso território. Então, quando a gente vem pra esses espaços a gente traz algo que a gente já está construindo dentro do nosso espaço e aqui a gente consegue entender novas salvaguardas que estão sendo criadas que podem agregar junto com a gente, que pode nos resguardar enquanto povos indígenas."

Marciele Ayap | Representação indígena

“As populações tradicionais, os territórios quilombolas, indígenas e demais povos, ficam refém dessas empresas, porque eles fazem contratos de utilização dos recursos da floresta e as comunidades ficam proibidas de fazer aquilo que historicamente e culturalmente elas fazem. Nós ainda estamos iniciando esse processo de tentar entender o que é o mercado de carbono, entender o que é essa política jurisdicional de REDD+, então é importantíssimo a gente estar nesse espaço.”

Célia Pinto | Coordenação Nacional e Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas





“Garantir o direito de uma população, sem dúvida, é envolver ela diretamente no entendimento e no esclarecimento do que é esse programa, no que são seus benefícios.”

Julio Barbosa de Aquino | Presidente
do Conselho Nacional das Populações
Extrativistas - CNS

"Nós temos um papel importante de apoiar a condução do CONAREDD+, que envolve atores do governo federal, do governo estadual, do setor privado e povos e comunidades tradicionais, além de cientistas, pra poder avançar na implementação de uma política tão importante como o REDD+ para a atração de recursos para apoiar a política pública, mas também povos e comunidades tradicionais e pequenos produtores da amazônia e de outros biomas do Brasil."

Raoni Rajão | Ministério do Meio
Ambiente e Mudança do clima - MMA





ORGANIZAÇÕES PARTICIPANTES

PARTICIPAÇÃO | Participantes por setor

Agricultura familiar
Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares
Federação dos trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares do estado de Tocantins
Governo Estadual
Associação Brasileira de Entidades do Meio Ambiente
Fórum de Procuradores de Estado de Meio Ambiente da Amazônia Legal
Fundação Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará
Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais do Estado do Acre
Maranhão Parcerias
Procuradoria Geral do Estado do Acre

Governo Estadual
Seab
Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso - SEMA/MT
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará - SEMAS/PA
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental de Rondônia - SEDAN/RO
Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA/AM
Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA/MA
Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amapá - SEMA/AP
Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMARH/TO
Secretaria de Estado dos Povos Originários e Tradicionais do Tocantins - SEPOT/TO
Secretaria de Estado de Planejamento do Estado do Acre - SEPLAN/AC
Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA/MS
Secretaria Extraordinária de Povos Indígenas do Acre - SEPI/AC
Tocantins Parcerias/ Tocantins Carbono

PARTICIPAÇÃO | Participantes por setor

Governo Federal
Advocacia-Geral da União
Casa da Moeda do Brasil
Fundação Nacional dos Povos Indígenas
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Ministério da Agricultura e Pecuária
Ministério das Mulheres
Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços
Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania
Ministério dos Povos Indígenas
Serviço Florestal Brasileiro

Instituição de ensino e pesquisa
Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getulio Vargas
Universidade Estadual do Ceará
Organização internacional
Embaixada da Alemanha
Embaixada da Noruega
Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit - Cooperação Técnica Alemã
Maki Planet Systems
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD
Poder judiciário
Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - ENFAM

PARTICIPAÇÃO | Participantes por setor

Povos Indígenas e Povos e Comunidades Tradicionais
Associação Central das Comunidades Veredeiras
Articulação dos Povos Indígenas do Brasil - APIB
Associação Terra Indígena Xingu
Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e Povos e Comunidades Tradicionais Costeiros e Marinheiros
Comitê Gestor da Política Nacional de Proteção Ambiental e Territorial das Terras Indígenas
Conselho Indígena de Roraima - CIR
Conselho nacional das populações extrativistas - CNS
Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais - CNPCT
Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - COIAB
Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas - CONAQ
Federação dos Povos e Organizações Indígenas de Mato Grosso - FEPOIMT
Federação dos Povos Indígenas do Pará
Manxinerune Tsihi Pukte Hajene - Matpha
MIQCB CONAREX
Movimento das catadoras de mangaba de Sergipe
Movimento interestadual das quebradeiras de coco babaçu
Rede pantaneira

Setor privado
Aliança Brasil para Soluções Baseadas na Natureza
Ambipar Environment
Autódromo Ouro Verde
BIOFIX CONSULTORIA
Carbonext
CERCARBONO
Geonoma
Naoum Ambiental
Maki Planet Systems
Rotta Moro Advogados
Sebrae
Systemica Inteligência em Sustentabilidade
Wildlife Works
Verra

PARTICIPAÇÃO | Participantes por setor

Sociedade Civil
Ação Ecológica Guaporé
Associação Ecovila Caracol
Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente
Associação SOS Amazônia
Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e Povos e Comunidades Tradicionais Costeiros e Marinheiros
Comissão Pró Índigenas do Acre - CPI/AC
Comitê Chico Mendes
Conservação Internacional - CI
Consultoria ambiental
Earth Innovation Institute - EII
Environmental Defense Fund - EDF
Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
Forest Trends
Fundação Amazônia Sustentável - FAS
Greendata centro de gestão e inovação Socioambiental
Idesam
Imaflora

Sociedade Civil
Instituto Abraço
Instituto Talanoa
Instituto Cavalo Marinho
Instituto Centro de Vida - ICV
Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia - IPAM
Instituto Internacional de Educação do Brasil - IEB
Instituto Sociedade, População e Natureza
Instituto Socioambiental - ISA
Kanindé
Maparajuba Direito Humanos na Amazônia
Terra de Direitos
The Nature Conservancy Brasil - TNC
WWF-Brasil



LINKS:

A Oficina de Salvaguardas está registrada em vídeo no canal do YouTube do MMA:

[1º Dia](#)

[2º Dia](#)

[3º Dia](#)

CONAREDD+

COMISSÃO NACIONAL PARA REDUÇÃO DAS EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA PROVENIENTES DO DESMATAMENTO E DA DEGRADAÇÃO FLORESTAL, CONSERVAÇÃO DOS ESTOQUES FLORESTAIS, MANEJO SUSTENTÁVEL E AUMENTO DE ESTOQUES DE CARBONO FLORESTAL.

GT-SALVAGUARDAS
dos Estados Amazônicos

PROJETO
FLORESTA+
AMAZÔNIA



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE E
MUDANÇA DO CLIMA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

RELATÓRIO VISUAL DA OFICINA SALVAGUARDAS SOCIOAMBIENTAIS EM PROGRAMAS DE REDD+ E PROJETOS DE CARBONO FLORESTAL